



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

A ESCRAVIDÃO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO BRASIL DE JOAQUIM SILVA NA ERA VARGAS (1930-1945)

Carine dos Anjos Sampaio*
(UESB)

Maria Cristina Dantas Pina**
(UESB)

RESUMO

A presente pesquisa teve como foco central o estudo da **escravidão** negra no livro didático de Joaquim Silva no período Vargas(1930-1945), com o objetivo compreender as continuidades e as alterações ponderadas por esse tema no referido **livro didático**, na busca de compreender a influência do negro na formação da nacionalidade que era passada nessa época.Tendo como contexto a Era Vargas(1930-1945), discute-se como o projeto nacionalista se impôs no sistema educacional, e principalmente no **Ensino de História**. Analisou-se também os conteúdos do livro didático, considerando-o seu contexto de produção e as relações sociais, políticas, culturais e econômicas do período em que foi empregado. Assim, o ensino de História nesse período funcionou, como instrumento para legitimar o governo e divulgar as ideias nacionalistas, voltada para formar a "alma patriótica".

PALAVRAS-CHAVE: Livro Didático, Escravidão, Nacionalismo.

INTRODUÇÃO

Pesquisamos os conteúdos do livro didático de História do Brasil, da autoria de Joaquim Silva, referente à escravidão, utilizado no ensino secundário no período chamado Era Vargas(1930-1945). O objetivo foi compreender as continuidades e

*Graduanda em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: carinedosanjos@hotmail.com.

**Orientadora. Doutora em Educação(Unicamp), Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de pós-Graduação em Educação da Uesb. Coordenadora do LAPEH (Laboratório de estudos e Pesquisas em Ensino de História), mcristina.pina@gmail.com.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

as alterações ponderadas por esse tema no referido livro didático e suas relações com o contexto de disseminação de uma ideologia nacionalista.

A nossa escolha a esse período se deu por algumas razões. Uma delas é o fato da imposição do projeto nacionalista sob o sistema educacional, e principalmente ao Ensino de História. Outra questão é que os anos de 1930 foi considerado por muitos intelectuais como o período do nosso amadurecimento cultural, muitos escritores como Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, entre outros, centrou os seus estudos sobre a questão da consciência e identidade nacional e as discussões em torno da democracia racial, as inquietações se concentraram na necessidade de se ter uma formação do tipo nacional.

A investigação privilegiou a avaliação do livro didático "História do Brasil", para o 4^a ano do ensino secundário (1942), da autoria de Joaquim Silva, dando ênfase a temática escravidão. A análise partiu da apresentação do livro, destacando sua concepção de História e seus conhecimentos históricos, sua metodologia, o desenvolvimento de capacidades e habilidades, passando para uma avaliação da sistematização dos conteúdos e do contexto de produção.

Neste artigo, apresentamos alguns resultados do trajeto da nossa investigação que foi desenvolvida no Trabalho Final do curso de Graduação em História pela UESB. Primeiramente destacamos o seu contexto histórico, as suas interferências no sistema educacional e em seguida explanamos o papel exercido pelo Ensino de História e, por último abordamos o nosso objeto de estudo.

A educação é um artefato social fruto do seu tempo, suas ações, suas influências, seus objetivos, são frutos dos interesses que as cercam, os quais podem ser de caráter político, econômico e social. De acordo com Jean-Claude Forquin (1992, p.45), a escola seleciona saberes, dentre os que são passíveis de serem selecionados a partir da cultura social mais ampla, que promovendo sua reorganização, sua reestruturação e sua recontextualização. Tomando por base



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

esta descrição, podemos perceber que o setor educacional foi de fundamental importância, para os projetos desenvolvimentistas pretendidos por Getúlio Vargas, durante os seus dois governos, "Brasil-Novo"(1930-1937) e Estado Novo(1937-1945), para legitimar uma ordem nacional una e coesa.

O Governo Provisório ou "Brasil- Novo" intentava superar as contradições da Primeira República, para se consolidar no poder, para tanto seria importante que as bases do governo fossem alicerçadas sobre um estado forte. Foi inserida no país uma nova cultura política, pautada em uma ordem nacional coesa e unitária. Foi também em meio a esse contexto que, as elites políticas e intelectuais se preocuparam com a necessidade de reconstruir uma identidade nacional para o povo brasileiro,na qual todos fossem capazes de se reconhecer, contudo, seria imprescindível a edificação de um conceito de Estado Nacional, capaz de integrar as três raças formadoras do país, logo, a gestão Varguista se aproveitou desse momento,para construir seu projeto nacionalista e legitimar sua gestão.

[...]. A organização dos sistemas de ensino públicos variou conforme as conjunturas sociais, mas pode-se dizer que, em comum, havia a preocupação com a formação de um cidadão adequado ao sistema social e econômico transformado pela consolidação do capitalismo e com o fortalecimento das identidades nacionais[...] (FONSECA,2011,p.23).

Várias iniciativas tidas de caráter nacional foram viabilizadas para erigir o Estado Forte, uma delas foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública - MESP(1931), tendo como ministro Francisco de Campos, a educação passou a ser tratada como competência do Estado, garantia a formulação da política educacional, introduzindo uma relação mais intervencionista, a qual realizou através de um amplo projeto educacional, por meio da criação de uma série de programas, currículos, leis, decretos e órgãos governamentais.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

O Ministério da Educação, ao tornar-se o lugar da produção dos programas, teve de criar um rígido sistema de controle educacional para ter êxito na pretendida uniformização e homogeneização do ensino em nível nacional. O ministro elaborou uma série de avaliações a serem aplicadas sistematicamente e fiscalizadas pelos inspetores de ensino federais[...] (BITTENCOURT,1990,p.69).

Nos anos de 1931, foi realizada a Reforma Francisco de Campos, uma das mais significativas para a instrução brasileira, que pôs fim a multiplicidade de projetos educacionais e tornava os conteúdos e métodos únicos e obrigatórios em todo o país. Além disso, essa Reforma promoveu a centralização do ensino e retirou das escolas a autonomia na elaboração dos programas, os quais passaram a ser elaborados exclusivamente pelo Ministério da Educação e Saúde, centralizando a educação, ou seja, os projetos e programas curriculares deveriam conter os valores e os princípios da unidade nacional. É importante destacar também, que essa reestruturação também foi responsável pela instauração do ensino seriado em todos os níveis escolares e fez com que algumas disciplinas, que anteriormente eram facultativas tornassem obrigatórias, como o ensino da Sociologia, História, Filosofia, Higiene, Economia Política e Estatística.

Se os primeiros programas surgiram no momento de construção da nacionalidade, inseridos na luta pela manutenção da Independência e criação de uma identidade nacional, os historiadores apontam 1930 como um marco da retomada da concepção de Estado Nacional e da busca de uma identidade para o povo brasileiro (ABUD,apud,BITTENCOURT,1997,p.32).

A intervenção do Estado no setor educacional significou controle da população, no sentido de conformá-los culturalmente e socialmente. Nesse sentido, preocupou-se peculiarmente com o estudo das ciências humanas, principalmente com o Ensino de História da Civilização, que passou a ser instrumento central da



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

educação política, e deveria destacar apenas os grandes acontecimentos, tendo como principal objetivo fortalecer a identidade nacional.

Foi nesse contexto que o Estado Novo(1937-1945), foi estabelecido oficialmente,resultado do golpe de estado empreendido por Getúlio Vargas, continuidade do seu projeto de (re)construção da identidade nacional e também consolidação dos projetos educacionais. A educação inseriu-se como agente central do fortalecimento do Estado, utilizada principalmente para tornar os cidadãos adaptados a ordem vigente, indivíduos resignados com o governo e suas diretrizes.

A ideia de construção nacional, foi alicerçada pela "ditadura estado novista" sob as bases das noções de trabalho,família, pátria, e nação, pretendeu formar na população uma alma patriótica e edificada em uma administração forte, bem estruturada e disciplinada. O espaço escolar assumiu o papel de agente homogeneizado da construção da identidade nacional, foi um dos agentes essenciais do fortalecimento do Estado.

Em relação à produção didática, essa também foi controlada pelo Estado, no propósito de garantir a eficiência dos programas educacionais, para isso no ano de 1938, foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático(CNLD), a qual determinava normas para a aprovação dos manuais escolares, os quais deveriam ser um reflexo dos programas educacionais vigentes. Essa preocupação se dava porque os manuais escolares eram e são a principal fonte utilizada pelos estudantes,então nenhum livro poderia ser adotado no ensino das escolas primárias, normais, profissionais e secundárias no país sem a autorização prévia do Ministério da Educação e Saúde, inclusive os editados pelos poderes públicos. Assim, controlou-se o conteúdo ideológico dos manuais, vetava-se qualquer pensamento considerado contrário ao governo, a intenção era passar ideias de não criticidade, que não fossem capazes de despertar nos alunos a reflexão, logo, o ensino era voltado para "docilizar as consciências".



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

No transcorrer dos anos de 1942, foi decretada a Reforma Capanema (fazendo referência ao então Ministro da Educação Gustavo Capanema), sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino, referente ao Ensino Secundário e a estruturação do ensino industrial e a reforma do ensino comercial, refletindo o transplante da ideologia nacionalista.

Esta reorganização educacional, foi responsável pela restauração da disciplina História do Brasil como autônoma e um dos instrumentos centrais da política educacional, recorreu a esse ensino numa tentativa de criar ou reafirmar o sentimento patriótico. Por meio do conhecimento do passado, demonstrava a nossa capacidade para o trabalho, através da organização do território nacional realizada pelos nossos ancestrais, logo tentava-se anular os preconceitos de cor e enaltecia-se a união das três raças em defesa do território e na luta pelo progresso.

A afirmação das identidades e a legitimação dos poderes políticos fizeram com que a História ocupasse posição central no conjunto de disciplinas escolares, pois cabia-lhe apresentar às crianças e aos jovens o passado glorioso da nação e os feitos dos grandes vultos da pátria. Esses eram os objetivos da historiografia comprometida com o Estado e sua produção alcançava os bancos das escolas por meio dos programas oficiais e dos livros didáticos, elaborados sob estreito controle dos detentores do poder. Isso ocorreu na Europa e também na América, onde os países recém-emancipados necessitavam da construção de um passado comum e onde os grupos que encabeçaram os processos de independência lutavam por sua legitimação [...] (FONSECA, 2011, p.24).

O sistema educacional aliado aos interesses do governo, era responsável pela transmissão aos alunos de uma única cultura, um conjunto único de tradições e uma única História, sem espaços para questionamentos.

Durante muito tempo os livros usados para servir a educação escolar brasileira, eram de origem estrangeira, essencialmente franceses, isso era decorrente dos altos custos que envolviam a sua produção, que encareciam os



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

livros nacionais e os impediam de concorrer com os livros estrangeiros, porém, nos anos de 1930, aumentou bruscamente a utilização de compêndios escolares produzidos no Brasil, isso foi possível devido a crise econômica mundial de 1929, a nossa moeda entrou em queda e os livros de caráter estrangeiro se tornaram mais caros, tornando deste modo os nossos livros mais acessíveis.

Na década de 1930, acentuou-se o emprego de manuais escolares produzidos no país, fato que se deveu especialmente a dois fatores : o encarecimento do livro estrangeiro, provocado pela crise de 1929, e o desenvolvimento da política educacional consistente, implementada por Francisco Campos, então ministro da Educação e Saúde Pública - Mesp - do governo Vargas (CAIMI,1999,p.36-37).

Em 1931 com a propagação das novas tendências e os conflitos de ideias, os livros didáticos passaram assumir o centro das atenções, o governo passou a se preocupar com os conteúdos ideológicos, que poderiam estar sendo disseminados, os pensamentos que poderiam estar sendo criados nas mentes dos alunos, e isso poderia ser prejudicial aos seus interesses, entretanto, para evitar qualquer tipo de aborrecimento, foram realizadas mudanças nas políticas educacionais.

No ano de 1937 foi instituído o Instituto Nacional do Livro (INL), cuja responsabilidade centrava-se na coordenação dos livros escolares, no ano seguinte foi instituído a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), cujo dever seria o de examinar e julgar os livros didáticos. Essa iniciativa pode ser considerada inovadora, porque nenhum governo anterior a Vargas havia tomado essa iniciativa, ou seja, criar decretos, órgãos em defesa da manutenção do livro didático.

O Instituto Nacional do Livro (INL) tinha por responsabilidade garantir a divulgação e a distribuição dos livros didáticos, desse modo ficava sob a sua responsabilidade a produção do material escolar. De acordo com Bárbara Freitag (1989,p.12) este órgão se estruturou em vários órgãos operacionais menores,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

entre os quais a coordenação do livro didático e também se criou pela primeira vez a definição de livro didático:

De acordo com o decreto-lei 1006, de 30/12/1938, os compêndios escolares e os livros de leitura em classe: Art. 2º-§1º-Compêndios são livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares; §2º- Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula(OLIVEIRA,1986,p.13).

Para a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), os livros didáticos deveriam atender os interesses políticos, desse modo ela não funcionou apenas como mera examinadora e sim, como controladora ideológica impedindo que argumentos contrários aos interesses do governo Vargas fossem divulgados, que prejudicassem na formação patriótica dos alunos, dessa maneira os livros funcionavam mais como "adestradores", do que construtores do espírito de criticidade.

Foi nesse contexto que Joaquim Silva escreveu e divulgou o livro didático História do Brasil que analisaremos a seguir.

A partir de 1931 os programas curriculares passaram a ser elaborados pelo Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), embora ainda tendo como referência o IHGB e o colégio Dom Pedro II. O currículo de história foi considerado instrumento central da educação política no desenvolvimento do patriotismo, como já foi expresso, recebendo atenção maior do que nas reformas anteriores. Em parte se explica porque esta disciplina foi utilizada como instrumento fundamental na (re)construção de uma identidade nacional, os alunos deveriam conhecer os principais fatos que formaram o país, e os inspirar um espírito nacionalista e patriótico, ou seja, ensinar o aluno amar e idolatrar a nação brasileira.

Os programas e currículos escolares para o ensino de História do Brasil salientavam, como objetivos principais da disciplina a edificação da identidade nacional, ostentando a formação do povo brasileiro. Desse modo, esta disciplina possibilitaria o desenvolvimento do sentimento nacional.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Os Programas de 1942, que tiveram suas instruções metodológicas expedidas em 1945. Expunham como objetivos do Ensino de História: a) dar aos estudantes a capacidade de compreender os grandes acontecimentos, segundo as condições gerais da época em que se verificaram; [...]; c) esclarecer as diferentes concepções de vida de outros povos e outras épocas, alargando por essa forma o espírito de tolerância e de compreensão humana; d) esclarecer e fortalecer os sentimentos de civismo, dos direitos e deveres das novas gerações com a pátria e a humanidade (ABUD,1997,p.35).

Os conteúdos eram controlados pelos programas escolares, assim eram escolhidos apenas os temas que evocavam os sentimentos nacionalistas, priorizava os grandes acontecimentos políticos, os "grandes homens", a união entre o branco, o índio e o negro, a finalidade era mostrar a harmonia racial, enaltecer o sacrifício em amor a pátria e ao bem comum, foi criado a imagem de um Brasil único, sem divisões, esses discursos fortificou o Estado centralizador e autoritário.

O livro didático "**História do Brasil para o Quarto Ano Ginásial**", de Joaquim Silva, foi publicado pela Companhia Nacional em 1942, dá conta da história colonial brasileira. O objetivo do autor foi descrever os acontecimentos e as questões que constituem este processo, enfatizando o descobrimento e as "raças" que habitam o Brasil.

Joaquim Silva sofreu influências do modelo Von Martius, além das concepções de Capistrano de Abreu, Malheiros Dias, Pedro Calmon, Gandavo, Francisco Varnhagem, entre outras referências que aparecem nas notas de rodapé. Influências estas que configurou numa análise que reforçava a formação do Brasil a partir da união harmônica entre as raças.

O livro foi utilizado durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, sendo recomendado pelas propostas curriculares de vários colégios, inclusive o Pedro II.

Interessa aqui recortar seu conteúdo sobre escravidão e entender como o autor analisa a presença escrava no país e sua constituição nacional.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Na obra de Joaquim Silva o tema escravidão é tratado em um único capítulo, denominado de “O elemento negro”, descreve em seis páginas, a escravidão negra, o tráfico, os negros no Brasil e as resistências escravas e também o quilombo dos Palmares.

Silva explica as razões que fizeram com que os portugueses substituam a mão de obra indígena pela africana, justificando que os possíveis motivos teriam sido a defesa e a generosa proteção dos jesuítas contra a escravização dos nativos e reforça a ideia de não adaptabilidade dos nativos, porém, afirma que os negros já eram acostumados com esse tipo de trabalho, reafirmando a anterioridade da escravidão na Europa e na África.

Desse modo, justificava a existência da escravidão na África, como sendo anterior aos portugueses, era uma tentativa utilizada pelas obras do período para amenizar a violência presenciada pelos negros nas mãos dos senhores brasileiros, comparando-se com a escravidão em outros países. Segundo Circe Bittencourt, as obras didáticas mostravam aos alunos que a escravidão havia sido um fenômeno histórico comum, que ocorrera em diferentes épocas com todos os povos (BITTENCOURT,1990,p.150).

O tema tráfico negreiro também se faz presente na obra, é realizado uma análise minuciosa, descrevendo a chegada dos primeiros escravos negros, e as relações de trocas. Para isso, Silva faz a citação de várias fontes em notas de rodapé.

A chegada dos africanos ao Brasil e a recepção lhes concedida pelos senhores são apresentadas por meio de uma visão de benevolência por parte dos donos de escravos, afirmando que estes seriam menos desumanos que os da África.

As leis portuguesas, a índole benévola da maioria dos senhores, inspirados pela religião, procuravam suavizar as durezas do cativeiro; nas fazendas os pretos se agrupavam em famílias, ainda que a lei não lhes reconhecesse tal direito; usavam quasi sempre o nome do senhor e, como



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

nota João Ribeiro, eram por eles estimados, sobretudo quando criados dêles. Era frequente o costume de alforriar, em testamento, de todo ou sob condição, os bons escravos e recusar o dinheiro de alforria que o negro pouco a pouco ajuntava para redimir o cativo (SILVA,1942,p.161).

Essa ideia de benevolência concedida aos donos de escravos, não era uma particularidade de Joaquim Silva, outros escritores de livros didáticos dispunham desse mesmo pensamento, era uma tentativa de sustentar o mito da "harmonia racial", muito difundida na década de 30 e que havia prevalecido, no período do Estado Novo.

[...]. Da mesma forma que grande parte dos trabalhos dos intelectuais procurava sustentar o mito da "democracia racial", o mesmo ocorria com os compêndios escolares. Foi, portanto comum que se incluísse, nessa criação para os alunos, a figura benevolente dos "proprietários de escravos", ou seja, a outra forma de provar que a escravidão no Brasil foi "melhor" do que em outros países (BITTENCOURT,1990,p.151).

Joaquim Silva privilegia as influências do negro, no desenvolvimento econômico do Brasil e também na constituição do tipo brasileiro, na formação moral, nos usos, costumes e na linguagem. Segundo Silva, a influência do negro, também se reflete nas comidas, no folclore, na poesia popular.

O objetivo de se descrever as influências dos negros na formação do cidadão-nacional, era tentar demonstrar um Brasil, sem preconceito racial e afirmar que, todos fizeram e fazem parte da construção do país, além disso, reafirmar a chamada "democracia racial".

[...]outro valor que aparece em nossos livros de História; a ideia de um Brasil sem preconceito racial, onde cada um colabora com aquilo que tem para a felicidade geral. O negro com a pimenta, o carnaval e o futebol; o imigrante com sua tenacidade; o índio com sua valentia. Negando o



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

preconceito, guarda-se o fantasma no armário ao invés de lutar contra ele (PINSKY, 2009, p.19).

Assim, Joaquim Silva propagou os ideais nacionalistas, divulgando a união e a participação das três raças formadoras, da unidade nacional e cumpriu o seu papel, de inculcar no pensamento das crianças, uma "alma nacional e patriótica", a qual deveria ser obedientes as leis e ao governo.

CONCLUSÕES

A análise do livro didático "História do Brasil", para o 4ª ano do ensino secundário (1942), da autoria de Joaquim Silva, foi de significativa importância, uma vez que nos levou a enxergar o livro didático com outro olhar, de forma a conceber uma postura mais crítica a respeito do mesmo.

Pesquisamos a funcionalidade desse livro de História do Brasil no período da Era Vargas (1930-1945), como elemento para consolidar, controlar e legitimar a ordem estabelecida. Examinamos os setores sociais, políticos, econômicos e culturais nesse período, observando a articulação entre o setor educacional e o processo de (re)construção da identidade nacional.

As instituições escolares foram um forte mecanismo de controle da população, foram concebidas como o "palco" para o nacionalismo, como vimos foram utilizadas para legitimar o Varguismo e fortalecer a identidade nacional para tornar os cidadãos adaptados a ordem vigente. O Estado assumiu o controle do sistema educacional, tornou-a homogênea, a sua incumbência se limitava a criar um aluno-cidadão obediente às leis, a ordem vigente e um "patriota nato", não havia espaços para questionamentos e muito menos para a criação de pensamentos contrários ao governo.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

O Ensino de História teve um caráter determinado pela vertente tradicional da história, limitava o conhecimento do aluno aos grandes acontecimentos das histórias nacionais (política) e aos feitos de seus heróis.

A História do Brasil apresentava a união das três raças e a contribuição de cada um, na formação do tipo nacional. Segundo Renilson Ribeiro(2004), o que os manuais escolares, cada um a sua maneira fizeram foi forjar uma noção particular de raça para classificar a humanidade.

Contudo, não podemos deixar de destacar que o autor Joaquim Silva viveu as transformações culturais das décadas de 30 a 50, sua obra é tingida pelo pensamento nacionalista, pelo discurso do mito da harmonia racial, além disso, ele era ligado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, prova disso é que ele era sócio efetivo do IHGB desde 1943, ou seja, suas obras são marcadas pelos princípios desse órgão. Tudo isso era esperado, por isso a sua obra enaltece diversas vezes a pátria, a nação e sem dúvidas a união e o cooperativismo.

Na sua obra Joaquim Silva suaviza a escravidão e os senhores aparecem como benevolentes, como estratégia de enaltecer a nação brasileira, marcada pela tão propagada democracia racial.

Essa visão da nossa História esquece deliberadamente a violência do dia-a-dia a fome, a falta de condições de higiene e de moradia, a obrigação do trabalho sem lazer a que é submetida a maior parte da população. Vendendo a imagem do brasileiro pacífico, procura desautorizar eventuais manifestações dos oprimidos contra o atual estado de coisas, sob a alegação de que não seria uma atitude brasileira. Assim a violência institucionalizada - a repressão - acaba sendo justificada em nome da luta contra a violência popular. Noutras palavras, o povo, submetido à violência cotidiana, não pode reagir, por isso não seria uma tradição nacional, uma vez que historicamente, teríamos uma tradição de não violência (PINSKY, 1998, p.48).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

O pensamento de Joaquim Silva estava impregnado das concepções liberais, defensor das leis, do progresso, das ordens e da gestão getuliana. Segundo Arnaldo Pinto Junior(2010) Joaquim Silva era um guardião moral dos ideais liberais do novo regime republicano.

Os negros no Brasil — A chegada ao Brasil era desejada pelos infelizes africanos como um término aos horrores padecimentos da viagem. A escravidão os aguardava; mas os novos senhores seriam menos deshumanos que os da África ou tumbeiros; infelizmente, entretanto não eram raros os que por sua crueldade se assinalavam (SILVA,1942,p.159).

O racismo no Brasil na Era Vargas é mascarado pelo projeto de democracia racial, para mostrar a união das três raças na (re)construção da identidade nacional, as relações escravistas aparecem de forma serena, para mostrar a formação da nacionalidade brasileira. Nesse sentido, a análise do livro didático possibilitou compreender como o ensino de História do Brasil e a análise sobre a escravidão, foram forjados pelo Varguismo para a consolidação e fortalecimento da ordem vigente.

REFERÊNCIAS

- SILVA, Joaquim. **História do Brasil**. 4ªed.-São Paulo: Companhia Nacional, 1942.
- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República de 1930 a 1960**.-6ªed.-São Paulo: Alfa Omega,1991.
- BITTENCOURT,C. "Capitalismo e Cidadania nas Atuais Propostas Curriculares de História". In:BITTENCOURT,C M.F(org.): **O Saber Histórico em sala de aula**. São Paulo Contexto, 1997, p.11-27.
- _____. **Pátria, Civilização e Trabalho**.São Paulo: Loyola,1990.
- CAIMI, F E. **O livro didático e o Currículo de História em Transição**. São Paulo: Passo Fundo - Ediupf,1999.
- CUNHA,C. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez,1981.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

- FONSECA, T. N. de L. **História & Ensino de História**. 3ªed., Belo Horizonte / MG: Autêntica, 2011.
- FREITAG, B.; COSTA, W e MOTA, V. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1989.
- OLIVEIRA, A L. **O Livro didático**. 3ªed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
- PINA, M. C. D. **A escravidão no Livro Didático de História do Brasil: três autores exemplares (1890-1930)**. Campinas, SP, IFCH/UNICAMP (Tese de Doutorado), 2009.
- PINSKY, J. **A Escravidão no Brasil**. 11ªed., São Paulo: Contexto, 1998.
- PINSKY, J (org.). **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2009.
- PINTO JUNIOR, A. **Professor Joaquim Silva, um autor da história ensinada do Brasil: livros didáticos e educação moderna dos sentidos (1940-1951)**. Campinas: [s.n], 2010.
- RIBEIRO, M L S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 6ªed., Campinas/SP: Autores Associados, 1986.
- RIBEIRO, R. R. **Colônia(s) de identidades: discursos sobre a raça nos manuais escolares de História do Brasil**. Campinas, SP, IFCH/UNIAMP (Dissertação de Mestrado), 2004.